

Desempenho fiscal do Governo Federal em janeiro de 2026

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

- Os dados sobre as contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) do primeiro mês de 2026, divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional, mostram que contas do Governo Federal fecharam o mês de janeiro com um superávit primário de R\$ 86,9 bilhões, acima do resultado positivo de R\$ 85,1 bilhões observado em janeiro de 2025, registrando um crescimento de 2,2%, em termos nominais, e retração de 2,2%, em termos reais, sobre o resultado obtido em igual mês do ano anterior. O saldo observado em janeiro de 2026 representa a diferença entre o expressivo superávit do Tesouro Nacional e Banco Central, de R\$ 107,61 bilhões, e a Previdência Social, que registrou um déficit no mês de R\$ 20,65 bilhões.
- Os números mostram que, em valores reais, as despesas governamentais cresceram 2,9% relativamente ao mesmo mês de 2025, acima, portanto, do incremento real da receita líquida, com crescimento de 1,2%. O acréscimo real da receita líquida em janeiro de 2026 refletiu, principalmente, os aumentos reais de 3,7% das Receitas Administradas pela RFB (+ R\$ 8,4 bilhões) e de 6,9% da Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 3,9 bilhões). Os principais destaques para o aumento da arrecadação federal foram o Imposto sobre a Renda, com crescimento associado, principalmente, aos valores arrecadados com rendimentos do capital e do trabalho, e ao aumento da arrecadação do IOF. O Imposto de Importação registrou queda de arrecadação no mês, atribuída, especialmente, aos decréscimos do valor em dólar das importações, na taxa média de câmbio e na alíquota média efetiva do imposto.
- Do lado das despesas, o principal fator de alta foram os gastos em benefícios previdenciários, cuja expansão é explicada pelo aumento do número de beneficiários e pelos reajustes reais do salário-mínimo, bem como pelas despesas com pessoal e encargos sociais, que cresceram em função da base de comparação de janeiro de 2025 não refletir os aumentos concedidos ao funcionalismo público, cujos efeitos se efetivaram a partir de maio do ano passado. Em sentido oposto, compensando parcialmente os aumentos dos gastos anteriores, houve redução nas despesas com abono e seguro-desemprego em razão, principalmente, da ausência de pagamentos do seguro-defeso, cujos repasses ocorrerão a partir de fevereiro de 2026. Também foi registrada redução das despesas obrigatórias com controle de fluxo, decorrente, sobretudo, da redução de despesas com o Bolsa Família e dos gastos na função saúde.
- Cabe ressaltar que a meta fiscal estabelecida para 2026 prevê superávit primário de 0,25% do PIB, o que equivale a R\$ 34,3 bilhões, excluindo o pagamento de precatórios e despesas autorizadas fora do arcabouço fiscal. No entanto, de acordo com o arcabouço fiscal, aprovado em 2023, há um intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual em relação à meta central. Ou seja: a meta será considerada formalmente cumprida se o governo tiver saldo zero, ou se chegar a um superávit de R\$ 68,6 bilhões. A regra atual, no entanto, permite que o governo retire desse cálculo R\$ 57,8 bilhões em despesas e use esses recursos para pagar, por exemplo, precatórios (gastos com sentenças judiciais). A previsão é de que o governo tenha um déficit de R\$ 23,3 bilhões nos cofres públicos em 2026 – mesmo que, para o cálculo oficial da meta, apresente um resultado positivo.
- Quanto ao desempenho do setor público consolidado, que incorpora Governo Central (formado por Previdência Social, Tesouro Nacional e Banco Central), Estados, municípios e estatais, as estatísticas divulgadas pelo Banco Central revelam um superávit primário de R\$ 103,7 bilhões em janeiro de 2026, abaixo do resultado positivo obtido no mesmo mês de 2025 (R\$ 104,1 bilhões). Pelo critério nominal, que inclui as despesas com juros, o setor público

consolidado teve superávit de R\$ 40,1 bilhões no primeiro mês de 2026, contra superávit de R\$ 63,7 bilhões em janeiro do ano anterior.

- A Dívida Bruta do Governo Geral – que compreende o Governo Federal, o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e os governos estaduais e municipais – somou R\$ 10,1 trilhões em janeiro de 2026, equivalentes a 78,7% do PIB.

Comentário: O Governo Central registrou em janeiro de 2026 um superávit primário de R\$ 86,9 bilhões, acima do resultado positivo de R\$ 85,1 bilhões observado em janeiro de 2025. As despesas governamentais cresceram 2,9% relativamente ao mesmo mês de 2025, acima, portanto, do incremento real da receita líquida, com crescimento de 1,2%. Os principais destaques para o aumento da arrecadação federal foram o Imposto sobre a Renda, com crescimento atribuído, principalmente, aos valores arrecadados com rendimentos do capital e do trabalho, e ao aumento da arrecadação do IOF. Do lado das despesas, o principal fator de alta foram os gastos em benefícios previdenciários, cuja expansão é explicada pelo aumento do número de beneficiários e pelos reajustes reais do salário-mínimo, bem como pelas despesas com pessoal e encargos sociais. A Dívida Bruta do Governo Geral – que compreende o Governo Federal, o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e os governos estaduais e municipais – somou R\$ 10,1 trilhões em janeiro de 2026, equivalentes a 78,7% do PIB.

Tabela 1 - Resultado do Tesouro Nacional - Janeiro de 2026 (Milhões correntes)

Discriminação	Janeiro		Variação (2026/2025)	
	2025	2026	% Nominal	% Real (IPCA)
1. RECEITA TOTAL	302.234	322.089	6,6%	2,0%
2. TRANSFERÊNCIA POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	44.230	49.304	11,5%	6,7%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	258.004	272.785	5,7%	1,2%
4. DESPESA TOTAL	172.940	185.885	7,5%	2,9%
5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV CENTRAL (3 - 4)	85.064	86.900	2,2%	-2,2%
Tesouro Nacional	104.692	107.615	2,8%	-1,6%
Banco Central	-13	-66	399,3%	378,0%
Previdência Social (RGPS)	-19.615	-20.649	5,3%	0,8%
6. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	8,9%	8,5%	-	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN (2026). Elaboração: BNB/Etene.

Tabela 2 – Necessidades de financiamento do setor público (Fluxos acumulados no ano) - Janeiro-2026 - R\$ milhões

Discriminação	Janeiro			
	2024	% do PIB	2025	% do PIB
Nominal	- 63 737	-6,65	- 40 062	-3,92
Governo Central(1)	- 49 619	-5,18	- 33 500	-3,28
Governos estaduais	- 14 370	-1,50	- 8 390	-0,82
Governos municipais	- 971	-0,10	- 3 585	-0,35
Empresas estatais(2)	1 223	0,13	5 413	0,53
Juros nominais	40 358	4,21	63 627	6,22
Governo Central(1)	33 531	3,50	53 774	5,26
Governos estaduais	5 900	0,62	8 393	0,82
Governos municipais	711	0,07	916	0,09
Empresas estatais(2)	216	0,02	543	0,05
Primário	- 104 096	-10,86	- 103 689	-10,14
Governo Central	- 83 150	-8,68	- 87 274	-8,54
Governos estaduais	- 20 270	-2,12	- 16 783	-1,64
Governos municipais	- 1 681	-0,18	- 4 501	-0,44
Empresas estatais(2)	1 006	0,11	4 869	0,48
PIB acumulado no ano*	958 121	-	1 022 464	

Fonte: BCB (2026). Elaboração: BNB/Etene.

(1) Inclui INSS.

(2) Exclui as empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras.

* Dados preliminares.

(+) déficit

(-) superávit.

Tabela 3 - Receitas Primárias Do Governo Central. Resultado do Mês em relação ao mesmo Mês do ano anterior. Valores a preços de Jan./26 - IPCA – R\$ Milhões - Janeiro-2025/2026

	2025	2026	Diferença	% Real (IPCA)
RECEITA TOTAL	315.657,10	322.088,80	6.431,80	2,00%
Receita Administrada pela RFB	229.036,70	237.405,80	8.369,10	3,70%
Imposto de Importação	9.078,70	7.710,10	-1.368,60	-15,10%
IPI	6.843,30	7.392,80	549,5	8,00%
Imposto sobre a Renda	118.875,00	122.806,40	3.931,30	3,30%
IOF	5.407,50	8.072,20	2.664,70	49,30%
COFINS	36.953,00	37.011,50	58,6	0,20%
PIS/PASEP	10.254,20	9.837,90	-416,3	-4,10%
CSLL	36.689,40	37.378,70	689,4	1,90%
CIDE Combustíveis	130,4	291,6	161,2	123,60%
Outras Receitas Administradas pela RFB	4.805,20	6.904,60	2.099,40	43,70%
Incentivos Fiscais	0	0	0	-
Arrecadação Líquida para o RGPS	56.008,30	59.870,60	3.862,40	6,90%
Receitas Não Administradas pela RFB	30.612,10	24.812,30	-5.799,70	-18,90%
Concessões e Permissões	950,1	773,6	-176,5	-18,60%
Dividendos e Participações	602	5,3	-596,7	-99,10%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	561,5	1.509,80	948,3	168,90%
Exploração de Recursos Naturais	18.617,90	13.520,80	-5.097,10	-27,40%
Receitas Próprias e de Convênios	2.080,00	1.727,50	-352,5	-16,90%
Contribuição do Salário Educação	2.930,40	3.026,00	95,6	3,30%
Demais Receitas	4.870,20	4.249,30	-620,9	-12,70%
TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	46.194,30	49.303,80	3.109,50	6,70%
RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	269.462,80	272.785,00	3.322,20	1,20%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN (2026). Elaboração: BNB/Etene.

Tabela 4 - Brasil - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado do Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior. Janeiro - 2025/2026 - Valores a preços de Jan/26 - IPCA – R\$ milhões

Discriminação	JANEIRO		Variação	
	2025	2026	Diferença	% Real (IPCA)
DESPESA TOTAL	180.620,80	185.884,90	5.264,10	2,90%
Benefícios Previdenciários	76.494,40	80.519,30	4.024,90	5,30%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	1.513,60	1.868,10	354,5	23,40%
Pessoal e Encargos Sociais	32.361,10	35.703,70	3.342,70	10,30%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	223,5	234,6	11,1	5,00%
Outras Despesas Obrigatórias	33.187,40	32.747,50	-439,9	-1,30%
Abono e Seguro Desemprego	5.457,30	3.978,50	-1.478,80	-27,10%
Apoio Financeiro a Estados e Municípios	873,8	215,9	-657,9	-75,30%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	10.545,80	10.792,70	246,9	2,30%
Créditos Extraordinários	240,1	250	9,8	4,10%
Fundeb - Complementação da União	11.479,00	12.051,10	572,1	5,00%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.134,00	1.249,60	115,7	10,20%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	346,7	332	-14,7	-4,20%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	282,5	389	106,5	37,70%
Subsídios, Subvenções e Proagro	2.069,30	2.587,30	518	25,00%
Impacto Primário do FIES	137,2	230,5	93,2	67,90%
Demais	621,7	670,9	49,2	7,90%
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.	38.577,90	36.914,40	-1.663,50	-4,30%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	29.870,20	27.933,60	-1.936,50	-6,50%
Discricionárias	8.707,80	8.980,80	273	3,10%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN (2026). Elaboração: BNB/Etene.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente de Ambiente: Allisson David de Oliveira Martins. Gerente Executivo: Marcos Falcão Gonçalves. Equipe Técnica: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Laura Lúcia Ramos Freire, Liliâne Cordeiro Barroso, Wellington Santos Damasceno. Bolsistas de Nível Superior: Guilherme Miranda Soares e Samuel Alesxandro Apolinário Xavier.

Aviso Legal: O BNB/Etene não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte